

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 18 de abril de 2019 às 07h36
Seleção de Notícias

IstoÉ Online | BR

Patentes

Setor de saúde quer mais prazo para implantar Lei de Proteção de Dados	3
--	---

Abipti | BR

Inovação

Abertas as inscrições para o maior evento de inovação da América Latina	5
---	---

Folha Vitória Online | ES

Marco regulatório | INPI

Com uma média de 10 anos para se registrar marcas e patentes, projeto quer agilizar processos .	7
---	---

REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA

UOL Tecnologia | BR

Direitos Autorais

Europa está prestes a criar um rebuliço na internet	8
---	---

Setor de saúde quer mais prazo para implantar Lei de Proteção de Dados

O setor de saúde ainda está inseguro com a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados no país. Sancionada em agosto do ano passado pelo então presidente Michel Temer, a lei prevê um tempo de transição para entrar em vigor, o que pode ocorrer em fevereiro ou agosto do ano que vem. As associações, entidades e organizações que atuam na área de saúde consideram curto esse período de adaptação à lei.

Segundo a coordenadora do grupo de trabalho de Proteção de Dados da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed), Rogéria Cruz, o setor está inseguro sobre o tem que fazer, o que pode e como fazer. "Nossa realidade é muito maior do que a lei contempla. Então, vejo o setor inseguro sobre quando [a lei] entra em vigor, inseguro se vai ter dinheiro para fazer os investimentos de que precisa, se vai ser penalizado, inseguro sobre como treinar os seus funcionários de forma adequada. O tempo é curto", afirmou Rogéria, que participou nesta quarta-feira (17), de um evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para discutir a implicação da lei na área de saúde.

Para o diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Rodrigo Rodrigues de Aguiar., a insegurança é natural por causa das novidades trazidas pela lei. "A lei traz muitas responsabilidades e consequências para aqueles que não a cumprirem adequadamente. Além da multa, que já está prevista na lei e que é de um vulto muito impressionante de 5% do faturamento bruto das empresas, ela traz previsões de responsabilidade civil e criminal das pessoas. Então as pessoas, em geral, ficam muito preocupadas quanto à sua aplicação", disse Aguiar.

"[A lei] vem de forma positiva, sem dúvida alguma. Só que a gente tem um desafio muito grande de pensar em adequação e adaptação, seja de sistema, de processo, de mapeamento que tem que ser feito", dis-

se a diretora jurídica da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**), Tatiane Schofield. De acordo com Tatiane, é preciso "otimizar" o processo de adaptação e de adequação. "Esse universo é gigantesco, e a gente precisa se organizar no setor, de forma geral e coletiva, para trabalhar essas questões mais importantes agora", acrescentou.

Entre os desafios para a implantação da lei, Rogéria destacou a questão da portabilidade e das diferenças culturais no país. Em entrevista à Agência Brasil, ela citou também as questões do direito ao esquecimento e de a pessoa chegar lá e querer revogar. "Como eu trato isso hoje? Será que tem sistema para o caso de a pessoa hoje não querer isso, querer só aquilo? O quanto estarei suscetível?", questionou Rogéria.

Para ela, o que mais preocupa é a diferença cultural no nosso país. "Uma territorialidade imensa, pessoas com compreensão do sistema de saúde distintas e realidades distintas. É difícil ter uma implantação tão massiva em tão curto espaço de tempo."

A norma

A lei inclui regras sobre a coleta e o tratamento de informações de pessoas por empresas e órgãos do poder público. Pela norma, dados pessoais são informações que podem identificar alguém tais como o nome e o endereço, por exemplo. Existe ainda uma categoria chamada de "dado sensível", que se refere a informações sobre origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual. Registros como esses passam a ter maior nível de proteção, para evitar formas de discriminação. A lei prevê ainda que registros médicos não poderão ser comercializados.

A normatização e fiscalização dessa lei ficarão a cargo da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, cu-

Continuação: Setor de saúde quer mais prazo para implantar Lei de Proteção de Dados

ja criação está sendo proposta pela Medida Provisória (MP) 869, de 2018, que está em discussão nesta semana no Senado.

Rogéria Cruz disse que a transparência é importante para diminuir a insegurança do setor diante da nova lei e que, inicialmente, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados deveria atuar mais na orientação ao setor. "A grande dificuldade é essa: não sabemos onde estamos transitando. Será que o meu sistema é compatível com o de outro hospital? Então também falta transparência para a gente." Na opinião de Rogéria, para dar certo, a Autoridade precisará compreender o setor e agir no intuito de orientar, de ver que existem realidades distintas.

Rogério Aguiar destacou o acerto do evento de hoje, ao reunir as principais lideranças e especialistas na matéria, para discutir, debater e chegar a algum encaminhamento e conclusões. "Com isso, vamos conseguir chegar mais maduros na época da vigência da lei."

Mudanças

Segundo Aguiar, ainda não é possível dimensionar o quanto a lei vai mudar o setor. "Certamente teremos mudanças significativas, com muitos impactos, porque a lei traz conceitos novos e que não vinham sendo aplicados de forma tão robusta e substancial no setor. Mas, como é um setor que sempre tratou com dados sensíveis, um setor que não vai sair do zero, já tem al-

guma base de preparação para começar a aprender a aplicar essa lei. Teremos dificuldades, teremos desafios, mas certamente desafios possíveis de serem enfrentados e vencidos", afirmou.

Para Aguiar, um dos desafios é a própria interpretação e aplicação da lei. "Como temos a previsão de uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que ainda não foi constituída, ainda não sabemos como serão interpretados alguns dispositivos da lei. Por exemplo: como uma agência reguladora como a ANS vai ser enxergada pela Autoridade? Ela vai ser um dos controladores de dados, com uma série de responsabilidades, inclusive civis e criminais? Ou vai ser uma parceira da Autoridade Nacional, subsidiando-a com informações qualificadas do setor para regulação desse setor de saúde?" Ainda temos muitas dúvidas sobre como será a aplicação dessa lei, acrescentou.

Rogéria ressaltou que a lei é positiva, embora ainda haja alguns problemas a serem resolvidos. "Vai aumentar muito mais a transparência, uma necessidade que não é só do setor de saúde, mas do mundo." O setor de saúde é complexo, e não se sabe se haverá tempo para que se organize de forma a atender na totalidade a lei, acrescentou a especialista. "Hoje temos formulários, que as pessoas assinam e que não necessariamente compreendem. Acho que essa lei vai trazer a possibilidade da gente trabalhar isso."

Abertas as inscrições para o maior evento de inovação da América Latina



O evento acontece entre os dias 12 e 14 de agosto em Florianópolis - SC e pretende reunir mais de duas mil pessoas do Brasil e do mundo para debater sobre "Ecossistemas de Inovação: criativos, conectados e competitivos"

Com o objetivo de formular proposições para apoiar e estimular o investimento em empreendedorismo inovador no país e reunir diferentes agentes para definição de ações voltadas ao fortalecimento da capacidade de inovação e da competitividade da economia, o Innovation Summit Brasil abre o seu período de inscrições com diversos lotes promocionais. O primeiro deles encerra-se em 10 de maio.

A programação do evento conta com sessões plenárias de diferentes temas do ecossistema de inovação brasileiro - como "investimento inteligente", "indicadores e retorno de investimentos em C,T&I", e "competitividade e inovação no Brasil pós reformas" - e com o Fórum Sebrae de Inovação.

Além da programação do Summit, o evento conta, abpi.empauta.com

também, com atividades paralelas das instituições que compõem a Rede Nacional das Associações de Inovação e Investimentos (RNAII) - realizadora do evento. Essas atividades também necessitam de inscrição prévia, que serão abertas em breve.

Com uma programação tão diversificada, é possível se inscrever em mais de uma atividade, por exemplo, apenas no Innovation Summit Brasil (sessões plenárias + Fórum Sebrae); em uma ou mais atividades paralelas; ou também, tanto no Innovation Summit quanto em uma ou mais atividades paralelas.

A programação do Innovation Summit Brasil acontece em horários exclusivos, ou seja, sem atividades paralelas concomitantemente. Assim, o participante pode se programar para assistir tanto as apresentações gerais, quanto as paralelas.

Os associados de todas as instituições que compõem a RNAII têm desconto especial na inscrição do Innovation Summit Brasil.

Em breve serão divulgadas mais informações sobre as sessões plenárias, como os nomes dos primeiros palestrantes confirmados. Além disso, também serão publicadas as programações das atividades paralelas e a abertura do período de inscrição delas.

Sobre a RNAII

A RNAII é uma iniciativa inédita de colaboração das grandes entidades fomentadoras do empreendedorismo inovador, em prol de todo o ecossistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação. Composta pela Abipti (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação); ABstartup (Associação Brasileira de Startups); Abvcap (Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital); Anjos do Brasil; Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento

Continuação: Abertas as inscrições para o maior evento de inovação da América Latina

das Empresas Inovadoras); Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e pelo Fortec (Fórum Nacional de Gestores de Inovação e **Transferência** de Tecnologia).

Juntas, essas associações representam mais de mais de 150 instituições de pesquisa, 300 gestores de núcleos de inovação, 370 ambientes de inovação (incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos), 120 investidores de venture capital, 5000 startups, 7000 investidores anjos, e 200 empresas inovadoras de grande e médio porte, na colaboração e fortalecimento de ações, públicas e privadas, focadas na transformação do conhecimento em riqueza.

A Sede

Florianópolis-SC não foi selecionada para sediar o evento por acaso. A região abriga, atualmente, mais de 16 mil empreendedores e o número de empresas de tecnologia subiu 3,42% entre 2015 e 2017. Considerando os últimos 30 anos, o crescimento foi de 10.000%.

De acordo com relatório do Bradesco BBI, di-

vulgado em 15 de fevereiro de 2019, Florianópolis tem 3% da população brasileira, mas possui 20% das startups do país. Segundo Acate, o setor tecnológico já representa 5,6% do PIB do estado, com um faturamento de R\$ 15,5 bilhões.

SERVIÇO

Evento: Innovation Summit Brasil

Data: 12 a 14 de agosto

Local: Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira. Rodovia SC-401, km 01, S/N. Trevo de Canasvieira. Florianópolis - SC.

Site oficial: innovationsummitbrasil.com.br

Inscrições:

O post Abertas as inscrições para o maior evento de inovação da América Latina apareceu primeiro em ABIPTI.

Com uma média de 10 anos para se registrar marcas e patentes, projeto quer agilizar processos

Dois projetos do deputado federal Marcos Pereira tentam dar mais agilidade ao **INPI**, responsável por fazer o registro de marcas e patentes no país. Mais de 218 mil estão em análise.

Dois projetos de lei para destravar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) e dar agilidade à concessão de marcas e patentes no país foram apresentados nesta terça-feira (16), na Câmara dos Deputados, pelo deputado federal Marcos Pereira (P-RB-SP).

Uma proposta pretende impedir que recursos captados pelo **INPI** sejam contingenciados pelo governo, para que sua autonomia financeira permita reinvestimentos. Atualmente, parte dos recursos que poderia ser utilizado para aperfeiçoamento e aceleração de processos é retido pelo Tesouro Nacional para obtenção de superávit primário.

O **INPI** tem hoje um backlog de 218 mil pedidos de

patentes, o que dá uma média de 10 anos para uma concessão ser aprovada.

Já no caso da segunda proposta apresentada, o objetivo é permitir que o instituto celebre convênios e parcerias com organizações da sociedade civil e do poder público destinados à realização de "atos preliminares" às tomadas técnicas de decisões de registros de patente, para haver uma "descentralização" das atividades com o objetivo de qualificar profissionais auxiliares na tarefa de concessão de registro.

De acordo com Marcos Pereira, responsável pelo projeto, cerca de 50% dos pedidos possuem erros que atrasam ainda mais o processo. O deputado ainda pontuou a importância econômica dessa mudança. "Quanto mais investimos no **INPI**, mais ele produz. Quanto mais ele produz, mais dinheiro entra. É uma conta simples e um círculo virtuoso", argumentou.

Europa está prestes a criar um rebuliço na internet

Artigo 15

Determina que as grandes plataformas paguem uma quantia se quiserem usar links e trechos de notícias.

O texto original previa o tal "imposto do link", mas agora está liberado hiperlink desde que seja "uso de palavras individuais ou extratos muito curtos de uma publicação de imprensa".

Mais uma vez: nada disso vale para você, mas para as grandes!

/iStockphoto

Artigo 17

Exige que as plataformas protejam melhor os conteúdos online assegurados por **direito** autoral. Google, Facebook e outras empresas terão de assinar contratos de licenciamento caso queiram usar o trabalho de músicos, artistas, autores, editores de notícias e jornalistas.

Esse era o artigo que diziam que ameaçava o meme

Fica, vai ter meme

Os críticos achavam que o artigo 17 exigia que se você fizesse brincadeira, paródia ou caricatura usando cenas de filmes, séries ou programas tivesse de pagar **direitos** autorais aos autores do conteúdo original. Mas isso também caiu na versão final.

/iStockphoto

A diretiva protege a liberdade de expressão. Ela deixa claro que, em toda a Europa, o uso de obras existentes em citações, críticas, revisões, caricaturas e paródias são explicitamente permitidos. Memes e paródias podem ser usados livremente

Comissão Europeia

braço executivo da União Europeia

Divulgação/União Europeia

São regras de **direito** autoral adequadas para a era digital. A Europa terá agora regras claras que garantem remuneração justa para criadores, direitos fortes para usuários e responsabilidade para plataformas

Jean-Claude Juncker

Patrick Hertzog/AFP

Mas... e na prática?

Em tese, isso quer dizer que o Google terá que pagar a editores por trechos de notícias e o Facebook terá que dar um jeito de filtrar conteúdo protegido por **direito** autoral caso não tenha algum acordo de licenciamento com os criadores do material.

Reprodução/Youtube

Como você deve imaginar, Google e Facebook estão pistolas...

O Google chegou a exibir como será sua busca quando a lei estiver valendo: um grande branco impera. Onde foram parar os links? Não estão lá.

Mas o exemplo só faria sentido se o Google estiver considerando que não quer pagar nada para ninguém e, assim, sumir com links de notícias em seus resultados de busca.

Divulgação/Google

A solução provável é que as empresas tenham de filtrar o conteúdo publicado, mas o resultado é incerto.

Não funciona: ao filtrar conteúdo adulto, Tumblr barrou foto de peito de frango e tênis de mesa

Continuação: Europa está prestes a criar um rebuliço na internet

Funciona: YouTube barra publicação de conteúdo protegido por **direito** autoral

Modinha?

Nada disso entra em vigor agora. Os países que fazem parte da União Europeia terão 24 meses para adotar, o que pode resultar em 28 leis diferentes na forma, mas similares no conteúdo.

Mas é preciso estar atento. Acha viagem se preocupar com uma regra da Europa?

O velho continente tem pautado algumas das maio-

res mudanças no mundo digital, e a nossa lei de proteção de dados pessoais, que entra em vigor em 2020, foi fortemente influenciada pela lei de lá.

/iStockphoto

Publicado em 17 de abril de 2019.

Edição e seleção de imagens: Helton Simões Gomes.

Edição: Fabiana Uchinaka

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Entidades

3

Inovação

5

Marco regulatório | INPI

7

Direitos Autorais

8